



DIÁRIO OFICIAL

Piracicaba, SP • terça-feira, 21 de novembro de 2023

ANO LVI Nº 13.637

Seções

PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DA AÇÃO CULTURAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Compras

Departamento de Recursos Humanos

Concursos Públicos

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Divisão de Fiscalização

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E ATIVIDADES MOTORAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E TURISMO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, TRÂNSITO E TRANSPORTES

PROCURADORIA GERAL

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

PODER LEGISLATIVO

CONSELHOS MUNICIPAIS

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 9.988, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023.

Autoriza o Poder Executivo a contratar empresa, operadora ou cooperativa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de assistência médica, para os servidores públicos ativos, efetivos ou comissionados do Poder Executivo do Município de Piracicaba e seus dependentes e dá outras providências.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA, Prefeito do Município de Piracicaba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal de Piracicaba aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI Nº 9 9 8 8

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar empresa, operadora ou cooperativa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de assistência médica, para a prestação/coertura de serviços médico-hospitalares, na segmentação ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, exames laboratoriais e demais serviços de apoio diagnóstico, inclusive medicina preventiva, na acomodação em quarto coletivo com banheiro privativo, aos servidores públicos ativos, efetivos ou comissionados do Poder Executivo do Município de Piracicaba, por meio de rede credenciada/referenciada, livremente escolhidos, com estrutura operacional para prestação destes serviços no Município de Piracicaba e ressarcimento/reembolso nos municípios onde não houver rede assistencial (credenciado/referenciado/congênere) nos casos de cobertura emergencial e de urgência em rede nacional, em conformidade com a Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1.998 e demais regulamentações complementares.

§ 1º O Poder Executivo providenciará e disponibilizará, mediante o devido processo licitatório promovido pelos órgãos competentes no âmbito da Administração Direta e Indireta municipal, cada qual em sua esfera de competência, contratação de empresa, operadora ou cooperativa, com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, especializada na prestação de serviços continuados na área de assistência médica, apresentando 100% (cem por cento) das especialidades reconhecidas pelo CFM - Conselho Federal de Medicina, englobando a Atenção Primária e Especializada, com atuação na cidade de Piracicaba.

§ 2º Não farão jus aos benefícios da presente Lei os agentes políticos do Poder Executivo.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento pelos serviços prestados à empresa, operadora ou cooperativa por ele contratada para prestação de assistência à saúde coletiva empresarial, com respectivo ressarcimento do erário à conta do servidor público municipal beneficiado.

Art. 2º A adesão ao plano de assistência médica dos servidores públicos ativos, efetivos ou comissionados e seus dependentes será facultativa e se dará mediante solicitação escrita, datada, assinada e protocolizada junto ao Departamento de Recursos Humanos ou órgão respectivo de Administração Indireta.

§ 1º Para os efeitos da presente Lei, consideram-se dependentes:

I - cônjuge, companheiro ou companheira;

II - filhos de qualquer condição, menores de 24 (vinte e quatro) anos incompletos, ou comprovadamente inválidos de qualquer idade;

III - menor que, por determinação judicial, se ache sob a guarda ou tutela do beneficiário titular;

IV - enteados ou enteadas, menores de 24 (vinte e quatro) anos incompletos, ou comprovadamente inválidos, desde que dependam financeiramente do titular.

§ 2º O servidor público ativo, efetivo ou comissionado irá custear integralmente as despesas com mensalidades e fatores moderadores de si e de seus dependentes, quando da adesão ao plano de assistência médica, com autorização expressa do desconto desses valores em folha de pagamento, que serão consideradas operações extra orçamentárias, nos termos do art. 49, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Caberá ao Departamento de Recursos Humanos ou órgão respectivo de Administração Indireta, quando do pedido de adesão, promover a avaliação de endividamento do servidor, apurando seu saldo salarial disponível para custeio das obrigações assumidas, devendo ser garantida a manutenção do mínimo existencial previsto na Lei Federal nº 14.181, de 1º de julho de 2.021 e suas respectivas alterações e regulamentações.

§ 4º A rescisão unilateral do contrato do servidor poderá se dar em caso de fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a sessenta dias, consecutivos ou não, nos últimos doze meses de vigência do contrato, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado até o quinquagésimo dia de inadimplência.

§ 5º O servidor público ativo poderá, a qualquer momento, solicitar sua exclusão do plano, sem incidência de qualquer multa, sendo devido o pagamento referente ao período ativo dos serviços de assistência médica.

Art. 3º Nas hipóteses em que o servidor público tenha seu vínculo empregatício ou estatutário encerrado por aposentadoria ou exoneração/demissão sem justa causa é assegurado o direito de manter seu plano de assistência médica ativo, em conformidade com as previsões constantes da Lei Federal nº 9.656/1998 e suas alterações e regulamentações devendo assumir seu pagamento integral junto à empresa, operadora ou cooperativa contratada.

Parágrafo único. Caberá ao servidor beneficiado tomar as providências necessárias junto à empresa, operadora ou cooperativa contratada para garantir o disposto no caput deste artigo.

Art. 4º Nas licenças não remuneradas ou afastamentos de natureza previdenciária em que haja suspensão de remuneração por parte do Poder Executivo municipal, o servidor deverá protocolizar solicitação para manutenção de direito de seu plano de assistência médica, por escrito, datada e assinada, diretamente no Departamento de Recursos Humanos ou órgão respectivo de Administração Indireta.

Parágrafo único. Nos casos descritos no caput deste artigo serão emitidos boletos diretamente para o segurado/beneficiário que custeará todas as despesas, sob pena de aplicação do disposto no § 4º, do art. 2º, retro.

Art. 5º O servidor público inadimplente deverá ressarcir os cofres públicos de eventuais valores dispendidos para custear as suas despesas com mensalidades e fatores moderadores a conta dos serviços de assistência médica, o que deverá se dar através de guia de restituição de importância, com inscrição dos débitos não recolhidos em dívida ativa para futura cobrança administrativa.

Art. 6º As eventuais despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, quando e se houverem, correrão a conta das dotações orçamentárias nº 05011 - 1.11.331.0006.2029.0000 - 339039, da Secretaria Municipal de Administração; nº 32322 - 1.17.122.0006.2427.0000 - 339039 do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba e nº 34711 - 2.04.122.0004.2440.0000 - 339039 do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba, vigentes para o orçamento-programa de 2023 e suas respectivas para os exercícios seguintes, suplementadas, oportunamente, se necessário.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Piracicaba, 14 de novembro de 2023.

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

LUIS FERNANDO DAGNONE CASSINELLI
Secretário Municipal de Administração

ARTUR COSTA SANTOS
Presidente do SEMAE

ANTONIO CARLOS SCHIAVON
Presidente do IPASP

GUILHERME MÔNACO DE MELLO
Procurador Geral do Município

Publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba.

MARCEL VARELLA PIRES
Chefe da Procuradoria Jurídico-administrativa